

DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: UM TEMA
EM CONFRONTO COM O SILÊNCIO

Mariane Inês Ohlweiler
Zulmira Newlands Borges
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRGS

Resumo:

A partir dos estudos de gênero e do pós-estruturalismo, este artigo tem como objetivo analisar as relações de poder presentes no espaço escolar a respeito do tema da diversidade sexual. Os dados analisados são oriundos de grupos de discussão realizados com professoras de Ensino Fundamental e Médio da cidade de Porto Alegre. As educadoras entrevistadas participavam ou haviam já participado do curso *Educando para a Diversidade* - promovido pelo NUANCES (Grupo pela Livre Expressão Sexual), inserido no programa *Brasil sem Homofobia* (do Ministério da Saúde, apoiado pelo Ministério da Educação), que se constitui como uma política pública e tem sido utilizado pelo governo como "estratégia de mobilização e inclusão social e educacional". A partir da análise das falas das professoras procura-se esmiuçar de que forma o tema da diversidade sexual tem sido abordado em determinadas instituições escolares.

Palavras-chave: homofobia; diversidade sexual; relações de poder

Sexual diversity at school: a theme confronting silence

Abstract

Based on gender studies and on post-structuralism, the purpose of this article is to analyze the power relations concerning sexual diversity present in the school space. The analyzed data emerged from discussion groups of teachers of basic and fundamental schools in the city of Porto Alegre. The educators were participating or had participated in the course *Educando para a Diversidade* promoted by NUANCES (Group for Free Sexual Expression) included in the *Brasil sem Homofobia* program (from the National Department of Health, supported by the National Department of Education) established as a public policy and employed by the Government as a "strategy to mobilization and social and educational inclusion". From the analysis of teacher discourse it tries to scrutinize in which ways the subject of sexual diversity has been approached in certain school institutions.

Keywords: Homophobia; sexual diversity; power relations

Diversidad social en la escuela: un tema que enfrenta el silencio

Resumen:

A partir de los estudios de género y del posestructuralismo, el objetivo de este artículo es analizar las relaciones de poder presentes en el espacio escolar con respecto a la cuestión de la diversidad sexual. Los datos analizados tienen su origen en grupos de

discusión realizados con maestras de la Enseñanza Primaria y Secundaria de la ciudad de Porto Alegre. Las educadoras entrevistadas participaban o ya habían participado del curso *Educando para a Diversidade* - promovido por NUANCES (Grupo por la Libre Expresión Sexual), insertado en el programa *Brasil sem Homofobia* (del Ministerio de la Salud, con apoyo del Ministerio de la Educación), que se constituye en una política pública y ha sido utilizado por el gobierno como "estrategia para la movilización e inclusión social y educacional". A partir del análisis de los discursos de las maestras se busca examinar de qué manera ciertas instituciones escolares se han acercado al tema de la diversidad sexual.

Palabras-clave: Homofobia; diversidad sexual; relaciones de poder



DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: UM TEMA EM CONFRONTO COM O SILÊNCIO¹

Mariane Inês Ohlweiler
Zulmira Newlands Borges

Este artigo visa analisar as relações de poder imbricadas no espaço escolar, mais especificamente nas relações entre professor/a-aluno/a, professor/a-direção, aluno/a-aluno/a, professor/a-professor/a, em situações em que se manifestem preconceitos a respeito da diversidade sexual. Para tal, baseamo-nos nos dados de uma pesquisa² realizada com grupos de discussão, em que temas relativos a gênero, sexualidade e discriminação foram abordados.

Contamos com a participação de dez professoras nos grupos de discussão. Os encontros foram gravados e posteriormente transcritos com a devida autorização das participantes, todas professoras (somente mulheres vieram aos encontros) de Ensino Fundamental e Médio do município de Porto Alegre/RS que estavam ou haviam frequentado o curso *Educando para a Diversidade* – promovido pelo NUANCES (Grupo pela Livre Expressão Sexual) –, criado com apoio do programa *Brasil sem Homofobia* (do Ministério da Saúde, apoiado pelo Ministério da Educação).

O projeto do curso foi selecionado pelo programa do governo federal com outros 30 projetos em todo o país. Sua realização integra essa política pública, utilizada pelo governo como estratégia de mobilização e inclusão social e educacional. Com o intuito de trabalhar e trazer aos professores e às professoras temas pertinentes ligados à discriminação GLBT e à homofobia, a formação procurou pensar a sexualidade sob outro aspecto, ou seja, ampliando-a para além do domínio exclusivo da biologia, para aproximá-la dos Direitos Humanos e da diversidade étnica e cultural.

¹ O artigo "Diversidade sexual na escola: um tema em confronto com o silêncio", publicado em *Childhood & Philosophy* v. 7, número especial, 2011 (versão impressa) tem a autoria de Mariane Inês Ohlweiler e a co-autoria de Zulmira Newlands Borges.

² Pesquisa de Pós-doutorado de Zulmira Newlands Borges realizada no ano de 2007 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, na qual Mariane Inês Ohlweiler atuou como bolsista de Iniciação Científica. Ambas as autoras estiveram sob orientação da Prof^ª Dra. Dagmar Estermann Meyer (Professora da Faculdade de Educação e do PPGEduc, inserida na linha de pesquisa "Educação, sexualidade e relações de gênero" e pesquisadora do GEERGE – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero).

Os/as professores/as participantes optaram voluntariamente pela formação, e o curso (em suas quatro edições já concluídas) foi divulgado nas escolas do município e os/as interessados/as entravam diretamente em contato com a instituição promotora. Como a capacitação ocorria aos sábados pela manhã – e os alunos e as alunas não necessitavam de liberação do horário de trabalho –, a maioria das instituições escolares nem tomava conhecimento da participação de seus/suas educadores/as.

O presente artigo focaliza parte das informações produzidas em uma pesquisa de cunho mais amplo³, cujo objetivo principal foi identificar as motivações das professoras para a realização do curso e alguns dos efeitos na vida profissional das mesmas.

As educadoras entrevistadas atenderam aos seguintes critérios (estabelecidos para participação da pesquisa): 1) Interesse e disponibilidade para participar da pesquisa; 2) Terem participado da maior parte do curso; 3) Estarem atuando em alguma instituição educativa. As falas analisadas no decorrer do artigo são de professoras que participaram da primeira e da segunda edição promovidas pelo curso. As professoras pertencentes à primeira turma e que participaram do primeiro grupo de discussão tinham uma faixa etária acima de 35 anos, enquanto as que assistiram à segunda edição e participaram do segundo grupo tinham entre 27 e 33 anos. A atuação das educadoras entrevistadas abarcava diferentes séries e disciplinas dos níveis Fundamental (séries iniciais e finais) e Médio.

Pela articulação dos campos dos estudos de gênero e do pós-estruturalismo, procuramos analisar as falas destas professoras que, de alguma forma, buscam soluções para problemas vivenciados no espaço escolar. Detemo-nos na discriminação e nas microfísicas de poder presentes em situações narradas por estas educadoras, principalmente quando procuram colocar em prática algum aprendizado do curso referido, para deter falas e ações de violência sobre o corpo de alunos/as e ou colegas. Primeiramente, trazemos o conceito de homofobia e procuramos contextualizá-lo em situações

³ Pesquisa intitulada “Homofobia na escola: um estudo antropológico sobre a violência por discriminação sexual”, para maiores informações sobre este trabalho, ver Borges & Meyer (2008) e Borges (2008).



relatadas pelas professoras; na segunda parte do artigo, especificamos como o tema da diversidade sexual é permeado por exercícios de poder nas diversas configurações das relações escolares; e, por fim, apresentamos algumas constatações suscitadas a partir das análises realizadas.

A homofobia e suas implicações

O conceito de homofobia é definido por Teixeira Filho *et al.* (2007, p.303) como qualquer “sentimento de ódio, repulsa, aversão, descrédito ou desprezo à pessoa homossexual (ou àquelas que se presumem ser) ou a tudo que faça referência à homossexualidade no outro ou em si próprio”.

O processo de naturalização de violências – sejam elas físicas ou verbais – como o sexismo e a homofobia devem ser motivos de preocupação e gerar intervenções em nossa sociedade, em especial por parte dos educadores, uma vez que estes se encontram em um espaço de interlocução e socialização quase diária e de frequência obrigatória para crianças e jovens. A homofobia pode manifestar-se em qualquer tipo de forma específica de violência física, simbólica ou social contra os/as homossexuais (Teixeira Filho *et al.*, 2007). Quando a violência ocorre no espaço escolar, no caso de participarem passivamente não apenas alunos, mas também professores, que, ao invés de evitarem determinadas ofensas e agressões reforçam-nas – seja através de consentimento verbal ou de seu silêncio –, o impacto tende a ser ainda maior na vida da vítima.

Nesse sentido, o curso destinava-se a professores e professoras uma vez que este/as estão presentes nos processos de silenciamento, enquadramento, normatização e disciplinamento dos corpos que circulam pelo espaço escolar – já que os educadores(as), por vezes, são agentes de práticas heteronormativas e discriminatórias.

Segundo Castro *et al.* (2004, p.22), a sexualidade envolve “além do nosso corpo, [também] nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura”. A escola como instituição social, onde os alunos passam grande parte de suas

vidas consta como uma instância importante de produção de identidades sexuais

Ao questionar a homofobia e, mais especificamente os atos homofóbicos, Borrillo (2001) procura constituir uma teia histórica que nos permite compreender a origem de tais atos e encontrar soluções para, em contrapartida, barrar a violência aos homossexuais. Ao mesmo tempo, a homofobia constituiu-se:

“invisible, cotidiana y compartida, (...) forma parte del sentido común, aunque también conduzca a una innegable alienación de los heterosexuales. Por estas razones es importante analizarla tanto en las actitudes y comportamientos como en sus construcciones ideológicas” (Borrillo, 2001, p. 17).

Para Louro,

“tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não dito, aquilo que é silenciado – os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados” (Louro, 1997, p. 67).

Nas falas geradas com os grupos de discussão, duas professoras expuseram o fato de algumas escolas negarem a existência de alunos/as homossexuais em sua instituição. Para alguns, o ocultamento ou a negação de tal existência possibilita o seu “apagamento”. Assim,

“ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda ‘eliminá-los/as’, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas ‘normais’ os/as conheçam e possam desejá-los/as” (Louro, 1997, p. 67).

Trata-se de uma prática discursiva que produz sujeitos, afinal, não é só a fala que constitui discurso, mas também os atos que, nesse caso, são atos de omissão e ocultamento. Os discursos são *acontecimento* e os sujeitos sociais são efeitos discursivos.

Quando questionadas sobre discriminações já vivenciadas no âmbito escolar, mais de uma pessoa mencionou a dificuldade de alguns colegas (professores) em lidar com alunos e alunas homossexuais. Algumas, inclusive, alegaram notar o preconceito por parte dos/das professores/as de forma mais agressiva e presente do que dos/as colegas e alunos/as. Mas nem sempre, mesmo na relação aluno/a-aluno/a, essa *acolhida* se dá de forma neutra e *confortável*. As discussões levantadas pelas professoras durante um dos grupos



focais possibilitaram constatar que a maior parte dos/as alunos/as homossexuais são mais *bem aceitos* pelas colegas meninas. Esse fato constitui um marcador de gênero, por ele é possível constatar o quanto a homofobia também é uma forma de reforçar a masculinidade por parte dos meninos. Pois, ainda assim, aqueles/as homossexuais aceitos/as pelos meninos, em sua maioria, são os que não se aproximam do que se aproxima do feminino em nossa cultura.

Assim, a partir dos grupos de discussão com as professoras é possível inferir que muitos/as homossexuais na escola tendem a um padrão *normativo de homossexualidade* em troca de uma maior aceitação ou, ao menos, de uma não rejeição. Pois, quanto maior a exploração de adereços, roupas, acessórios, formas de falar, andar e gestos que os distanciam da masculinidade hegemônica, maior é o preconceito sofrido pelos/as homossexuais na escola. Em outras palavras, maiores são os atos homofóbicos por parte de colegas e professores/as.

Essas atitudes refletem uma forma peculiar de preconceito homofóbico, a *homofobia geral* (que não se limita a gays e lésbicas) e tende a controlar roupas e comportamentos específicos de cada sexo, servindo como termômetro de aceitação nas escolas. Tal homofobia estende-se também a mulheres e a homens heterossexuais que não se enquadram na *ordem clássica* dos atributos sociosexuais pré-estabelecidos conforme seu sexo biológico. Esta forma de homofobia “torna-se, assim, uma guardiã das fronteiras sexuais (hetero/homo) e de gênero (masculino/feminino)” (Borrillo, 2009, p. 18). A partir das variadas manifestações de homofobia é que se torna importante o questionamento de como “funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e interruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos, etc.” (Foucault, 1979, p. 182).

O processo de ocultamento por parte da escola e de professores/as da identidade homossexual de alguns alunos/as coloca, de forma sutil, que ao se portar conforme seu *sexo biológico* os problemas serão amenizados e ele/a poderá permanecer na escola de forma tranquila. Nesse sentido, esse padrão *normativo de homossexualidade*, mais uma vez, silencia estes corpos ditos *não*

normais. Como se houvesse liberdade cerceada por limites que se traduz em normas, nas quais está subentendido que é possível ser homossexual desde que não se perca as características definidas histórica e culturalmente pela sociedade para cada sexo biológico. Ou ainda, desde que as práticas e a identificação sexual não sejam expressadas publicamente.

Borrillo (2009) definiria esta “aceitação parcial” dos homossexuais por parte dos heterossexuais como uma forma específica de homofobia, que ele nomeia como “homofobia cognitiva”. O autor caracteriza tal homofobia como uma forma de discriminação que *aceita* e tolera a existência de homossexuais, ao mesmo tempo em que ela perpetua a diferença e não considera que eles sejam dignos dos mesmos direitos que os heterossexuais. A homofobia, nesse caso, parte de uma dimensão cultural e toma como objeto de discriminação não o indivíduo homossexual – embora ele seja vítima –, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. Esse argumento de diferenciação e formas específicas de homofobia é reforçado por Borges e Meyer (2008). As autoras afirmam “que existe uma hierarquia de valores dentro da própria homofobia que é capaz de ser mais ou menos violenta, conforme a transgressão ao comportamento de gênero que é socialmente esperado” (Borges e Meyer, 2008, p. 66).

A homofobia pode apresentar-se assim, sob dois aspectos: direcionada propriamente aos homossexuais (e não exclusivamente a eles) no sentido de uma dimensão pessoal e contra a homossexualidade; e em uma dimensão cultural, tomando esta como um problema psicológico e social. Enfatizamos aqui o quanto esta última, em sua dimensão cultural, pode se dar de forma mais sutil, fazendo com que os sujeitos não rechacem propriamente os homossexuais mas os situem em uma zona doentia e de possível e necessária coerção. Por isso, a negação da visibilidade dos homossexuais também é um ato homofóbico, pois sua sexualidade é deslegitimada e renegada ao plano do anormal, daquele que foge a “única forma possível” de viver a sexualidade: a heterossexual.

As duas formas de homofobia foram explicitadas por atitudes ocorridas nas escolas pelas professoras, segue abaixo a fala elucidativa de uma delas, que faz um relato sobre um aluno e, posteriormente, sobre uma aluna:



(...) ele me relatou o que ele passava, não foi ele e sim outras pessoas que também me falaram que a dificuldade vem muito mais por parte de professores. Esse menino passou por muitas coisas como violência, *não só violência verbal, mas de quererem estuprar ele*, de acharem que por ele ser homossexual ele deveria servir sexualmente aos outros colegas. Teve uma outra menina também que saiu da escola em função disso e até hoje ela *tenta retornar a escola e não consegue*, ela foi extremamente rechaçada, desde a hora que ela entrava na escola até a hora que ela saía. “É um homem, é uma mulher, é machorra...”. Cada vez que ela volta ela se lembra.⁴

Ao lançar a pergunta às educadoras sobre possibilidades de mudança de atitudes em sala de aula para evitar atos homofóbicos e discutir a diversidade sexual, algumas responderam que procuravam trabalhar e enfatizar que todos têm os mesmos direitos e uma delas afirmou ainda:

(...) é preciso aceitar o diferente.

Ao usar a expressão *é preciso aceitar o diferente*, ela ressalta a necessidade de aceitar algo que está fora do *normal*. Nessa perspectiva, aceitar a diversidade sexual é uma necessidade de inclusão daqueles que estavam à margem e/ou tiveram seus direitos negados até então. Ou seja, para alguns professores/as, apesar das discussões realizadas no curso e do conhecimento teórico adquirido, permanece a concepção de homossexualidade como uma anomalia.

Ainda, a diversidade sexual quando abordada na escola pode ser exaltada como *a diferença*. Junqueira (2009) critica essas ações de diferenciação e atenta para a atitude de “se propor a criação de nichos onde o ‘outro’ (objetivado como diferente) possa exercer uma ‘cidadania mutilada’ à margem dos demais” (Junqueira, 2009, p. 177). Essa crítica está presente na entrevista de uma professora:

(...) como se fosse um espetáculo, tu coloca enquanto espetacularização da coisa sem discussão né?

Tal espetacularização é percebida na escola pelos comentários e olhares curiosos diante de alunos/as e ou professores/as que apresentam determinados trejeitos ou se assumem como homossexuais. Essa é mais uma forma de

⁴ As falas das entrevistadas estão destacadas com recuo no texto.

“aceitação” que vai ao encontro da definição de “homofobia cognitiva” (Borrillo, 2001, p. 2009). Os agentes de tais atitudes de “inclusão do diferente” não julgam-se homofóbicos, pelo contrário, acreditam estar combatendo a homofobia. Eis a importância de superar “a idéia de tolerância por meio de políticas que questionem as próprias normas que produzem e categorizam as identidades sexuais e de gênero” (Dinis e Cavalcanti, 2008, p. 107).

Um ponto a ser esclarecido, é que não se trata de dar visibilidade ao *diferente*, sobressaltando o/a homossexual, pois é assim, dizendo que *o(a) fulano(a) é diferente mas deve ser aceito(a)*, que se reforça que há uma norma, a qual ele(a) não pertence. Trata-se, no entanto, de tornar visível a igualdade de direitos e a concepção que se construiu histórica, social e culturalmente sobre a diversidade sexual. Visibilidade como “permissão de existência” igualitária com os heterossexuais e que envolva não só a visão, mas também a escuta: que não silencie, nem oculte os/as homossexuais ou a eles/as imponha regras de convivência diferenciada.

Ao afirmar que buscam trabalhar o tema da diversidade sexual, destacando o fato de que todos têm os mesmos direitos, as professoras demonstraram o quanto o assunto é tratado pelo viés do *direito*. Direito das pessoas decidirem por sua opção sexual, como se o assunto a ser abordado fosse a liberdade de tal opção (cujas importâncias não descartamos, mas que não deve ser o assunto primordial), enquanto o agravante na escola são os atos homofóbicos e a discriminação sofrida pelos homossexuais. Trata-se, assim, de analisar a hostilidade e não a orientação sexual. No sentido de pertencer à ordem de um atributo da personalidade, Borrillo (2009, p. 16) argumenta que

“a homossexualidade deve permanecer fora do interesse interventor das instituições. Tal como a cor da pele, a opção religiosa ou a origem étnica, ela deve ser considerada um dado não pertinente na construção política do cidadão e na qualificação do sujeito de direitos”.

Em relação a outras formas de hostilidade (relativas à cor, religião, classe social, por exemplo), é importante frisar que a homossexualidade traz um elemento diferenciado: costuma dirigir-se a indivíduos isolados, que dificilmente encontram apoio em um grupo de convívio próximo, como o



familiar. Este fator torna as vítimas ainda mais vulneráveis a uma violência voltada contra si mesmas. Como define Borrillo (2001), em muitos casos trata-se de uma “homofobia interiorizada”, o ódio da sociedade pode transformar-se em ódio por ele(a) mesmo(a). “Culpabilidad, ansiedad, vergüenza y depresión son las principales manifestaciones de tal reacción.” (Borrillo, 2001, p. 108).

O relato citado sobre a menina que não conseguia retornar à escola, mesmo optando por novas instituições escolares, é um fato preocupante, ainda mais se aliado aos índices de algumas pesquisas sobre suicídio, a partir das quais se constatou que a maior parte das mortes ou tentativas suicidas, em diferentes países é de homossexuais. Entre estas pesquisas, destaco a de Teixeira Filho e Marretto (2008) – que faz um levantamento pertinente de pesquisas realizadas nos Estados Unidos – e de Junqueira (*apud* Borges e Meyer, 2008) – que traz, além de alguns dados sobre os Estados Unidos, algumas informações sobre o tema na França. Considero válidos, também, os comentários de Christian Leu e Pierre Schommer⁵ sobre uma pesquisa realizada com jovens suíços. Após a análise de dados, Leu concluiu que “homossexuais e bissexuais (...) estão expostos a uma taxa mais elevada de risco de suicídio do que os heterossexuais”. Nas pesquisas realizadas nos Estados Unidos, destaca-se que 62% dos adolescentes que tentam suicídio são homossexuais.

Pelo fato de Teixeira e Marretto (2008) terem realizado uma pesquisa piloto no Brasil, os dados coletados ainda não permitem conclusões consistentes. A pretensão do autor e da autora acima referidos é de ampliar o número de adolescentes participantes na continuidade do trabalho. De qualquer forma, o estudo se sobressai ao de outros a respeito do mesmo tema, pelo fato de focar o campo de pesquisa em escolas.

As informações obtidas a partir das pesquisas acima mencionadas apontam para a premência de intervenções políticas e educativas nesse espaço e para a necessidade do exercício de desconstrução do binarismo

⁵ Acessados na página:

http://www.swissinfo.ch/por/capa/Jovens_gays_tem_maior_risco_de_suicidio.html?siteSect=108&sid=10717328&cKey=1242831791000&ty=st

hetero/homossexual. Nesse sentido, a escola vem a ser um espaço importante para problematizar não a homossexualidade, mas a homofobia.

Relações de poder e o tema da diversidade sexual na escola

Conforme assinalado na introdução do presente artigo, pretendemos analisar as relações de poder que permeiam os discursos e, também, a abordagem do tema da diversidade sexual no espaço escolar. Para tal, fazemos uso do conceito de relações de poder de Michel Foucault, autor que a partir dos anos 70 desenvolveu estudos sobre o desenvolvimento das técnicas de poder utilizadas para a sujeição dos indivíduos. Embora ele tenha sido nomeado como o “teórico do poder”, seu objeto de estudo não era propriamente esse, mas os diferentes modos pelos quais os seres humanos se tornam sujeitos, daí seu interesse nos regimes discursivos, a fundamentação, a constituição e a paulatina aceitação dos mesmos (Dreyfus e Rabinow, 1995).

A relação entre três elementos de análise destaca-se nas obras do filósofo: poder, saber e corpo. Para o tema da sexualidade, inicialmente, a categoria cuidadosa e meticulosamente estudada por Foucault (2007a) foi o ato confessional, um *ritual* inserido na cultura ocidental que serviu de controle inicial sobre os corpos. Mais tarde, o autor fez um levantamento dos saberes “criados” sobre o sexo, ou seja, “regimes de discurso” que se instalaram para sustentar outros regimes e assim se instituírem como verdades. A heterossexualidade é uma dessas verdades descritas como única, natural e normal, enquanto a homossexualidade vem a figurar como seu oposto.

Foucault (*apud* Dreyfus e Rabinow, 1995) atenta para as “condições de possibilidade” das relações de poder, destacando as mobilidades e desigualdades que a elas dão forma e nas quais o poder ao mesmo tempo que busca se solidificar, também se apóia. Para o presente trabalho torna-se pertinente sublinhar o quanto as instituições escolares são locais onde as relações de poder se perpetuam por excelência, dada a forma como se consolidaram e as diversas estratégias de controle dos corpos desde então instituídas e organizadas. Além disso, é nas escolas que se tramam as mais variadas relações, englobando todas as faixas etárias e, em um só tempo, o



âmbito público e privado. Nesse sentido, a escola serve como uma espécie de âncora e de apoio ao avanço do poder nas microfísicas mais particulares e individuais, reforçadas pelo objetivo de disciplinamento, coerção e correção dos corpos.

Destacamos então, como exemplo, as falas de duas educadoras que trazem à tona esta questão:

(...) às vezes, os alunos, os colegas são mais a par, acolhedores que os próprios professores; a dificuldade vem muito mais por parte de professores.

Trata-se do problema dos(as) professores(as) em lidar com alunos(as) que *não seguem a norma hetero*. Muitas vezes o uso de brincadeiras ou um possível tratamento mais agressivo (por parte dos professores) pode implicar diretamente na forma como os(as) colegas virão a se relacionar com pessoas homossexuais. Implícita e muitas vezes explicitamente, o/a professor/a pode transmitir sua homofobia aos alunos e alunas. Da mesma forma, quando a escola não faz nada diante de atitudes homofóbicas, ela está educando os(as) alunos(as) a favor da homofobia. Ao calar em relação a estes problemas, a escola passa a consentir com os mesmos e as pessoas envolvidas (tanto os heteros como os homossexuais) passam a acreditar que é assim que deve ser.

Tendo em vista a educação heterossexista a qual as/os professores/as também foram submetidas(os) em seu próprio processo de escolarização, estas(es) se vêm preocupados e até constrangidos/as ao discutir temas relativos à sexualidade em sala de aula, o que dirá à diversidade sexual. A fala que segue nos remete um pouco à preocupação de uma professora em enfrentar o preconceito dos(as) alunos(as):

(...) difícil tu criar estratégias de trabalhar com o tema da sexualidade, quando tu tem um aluno, que tem toda uma performance próxima do que se diz de homossexual, e, ao mesmo tempo que a lógica hetero é normativa, aquele preconceito, aquela fala dos colegas também é heteronormativa.

Nesse caso, a educadora preocupa-se com o fato de abordar o tema da diversidade sexual com a sua turma pelo fato de ter um aluno homossexual, como se isso a impedisse de discutir o assunto. A fala da entrevistada denota o receio de fazer “ecloDIR” atitudes homofóbicas nos colegas ao falar a respeito.

Segundo Epstein e Johnson (2000, p. 122-123),

“las formas que tiene la sexualidad de presentarse en las escuelas y los términos en que se producen las identidades sexuales están fuertemente determinadas por las relaciones de poder entre docentes e discentes, la dinámica del control y la resistencia”.

Para esses autores, a escola é um contexto de produção e regulação das identidades sexuais, restritas não somente ao espaço escolar, mas ao mundo exterior. São relações de poder, que, pelas suas redes difusas e capilares, como tão bem definiu Foucault (1979), tem um “campo amplo e aberto” que se aperfeiçoa nas instituições escolares e se estende para além delas.

Por mais que haja um controle rígido dos corpos, se a homofobia existe, é porque de alguma forma os corpos homossexuais ou com uma performance *não condizente a do seu sexo biológico* existem e estão presentes na dinâmica escolar. Essa visibilidade que procura muitas vezes ser conquistada pouco a pouco (dependendo do *grau de aceitação* da instituição em que os sujeitos se encontram) denota os pontos de resistência que, segundo Foucault (2007a), mostram as diferentes possibilidades de vivenciar as relações de poder. O poder não emerge num lugar e tempo dados, pelo contrário, suas relações são abertas, ativas, tensas e flexíveis. E é nessa instabilidade que se torna possível a coexistência de pontos de resistência.

Ao pensar a sala de aula como constituinte de subjetividades e identidades, é importante pensar também sobre as relações de poder que se estabelecem na escola não somente na relação professor/a-aluno/a, mas também na relação entre as/os professoras/es. A escola normatiza, disciplina, (re)cria, transforma, descarta e promove os professores através das relações de poder.

Da mesma forma que alunos/as sofrem preconceito, também algumas professoras que participaram do curso *Educando para a Diversidade*, relataram momentos de discriminação por estarem participando do mesmo, como se isso



revelasse a sua opção sexual (nesse caso definida como *imoral*) e devido a isso não merecessem mais o mesmo tratamento. Uma das professoras mencionou a fala de uma colega durante uma reunião da escola quando esta ficou sabendo que ela realizava o curso:

(...) vou até me levantar do teu lado, tu pode ser lésbica, vai que isso pega.

A professora enfatizou durante a entrevista que não se tratava de uma brincadeira e que de fato a colega passou a ignorá-la. A atitude desta professora (colega de trabalho da entrevistada) denota explicitamente a “homofobia psicológica” esmiuçada por Borrillo (2009), que pode ser identificada pelo rechaço público e explícito. Trata-se de uma “internalização paradigmática de uma atitude anti-homossexual, a qual atravessa a história das sociedades” (Borrillo, 2009, p. 21).

Várias professoras definiram as relações de poder presentes na escola como *muito intensas e delimitadoras* quando procuraram colocar em prática os conhecimentos obtidos no curso em suas escolas. Exemplificamos tal situação com a fala de uma educadora:

(...) a minha escola tem um problema institucional muito grande - relações de poder, direção, supervisão, tenho dificuldade de trabalhar com algumas coisas assim, não se sentir autorizada a falar sobre determinadas coisas.

Quando a professora fala em *não se sentir autorizada*, ela deixa claro o desprestígio suscitado pela direção e supervisão da escola ao impedi-la de propagar os conhecimentos adquiridos durante o curso. Da mesma forma, como instruiu Foucault, ao se pensar na mecânica do poder, nessa situação, tratava-se (por parte da supervisão), de confrontar e silenciar o saber da professora. Um saber dotado de poder que não podia ser disseminado.

A ótica sobre as relações de poder deve ser ampliada não se limitando apenas na acusação do *outro*, seguindo sempre uma lógica hierárquica. Se o discurso sobre a homofobia não fosse dotado de poder, não haveria necessidade de silenciá-lo. Há um receio por parte dos defensores da norma heterossexista,

em vigiar e resguardá-la de qualquer *enfrentamento* com a homossexualidade. Receio este de que o discurso hegemônico seja questionado e deslegitimado. São os efeitos de poder que legitimam a heterossexualidade. Uma vez aceitas outras formas de orientação sexual, aquela que se mostrava como única possível fica ameaçada.

Instaura-se, então, a partir deste pressuposto, um receio e uma série de tabus em torno do tema da orientação e diversidade sexual. Na fala que segue, é ressaltada a compreensão por parte da escola, de intenção de incentivo e estímulo à homossexualidade:

(...) existe na verdade uma *tentativa de bloqueio*, de supervisões, de direções, de orientações, no sentido dos professores que trabalham com isso, (...) sinto uma *resistência* porque tu vai estar incitando, não vai estar trabalhando com aquilo ali pra ajudar ou orientar, vai estar trabalhando aquilo ali de alguma forma pra incitar os alunos a alguma coisa.

Os termos *tentativas de bloqueio* e *resistência*, utilizados pela professora em sua fala, denotam as formas que a escola utilizou para *fugir* do tema. Foucault compreende *resistência* como forma de oposição, e como condição de existência do poder. Nesse caso, a resistência de que fala a educadora, refere-se a uma forma de força, de barreira estabelecida pela instituição, que não permitiu que ela desse aulas sobre o tema e atuasse em outras turmas de alunos(as) – além daquelas pelas quais era responsável, como ela havia se disposto a fazer.

Retomo o argumento referido anteriormente de que o poder permeia esta relação, isto é, exercita-se pela escola como forma de imposição e ao mesmo tempo através da professora na condição de detentora do saber, o conhecimento específico sobre o tema. Poder e saber são inerentes e “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 2007b, p. 27).

Em outra escola ocorreu uma situação semelhante quando, no momento em que uma das entrevistadas disse ter se disponibilizado para repassar um material às demais professoras da escola, a instituição não demonstrou



interesse, pelo contrário, privilegiou outros temas relativos à educação que seriam mais “urgentes”:

(...) eu tinha um material, um power point mais ou menos feito, queria elaborar mais algumas outras coisas pra que aquilo pudesse ser passado pras outras colegas. Como agora que teve o dia nacional do combate a homofobia, e várias vezes eu pedi pra minha supervisora pra passar e aquilo *nunca foi passado*.

É uma forma de repressão que funciona como “injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (Foucault, 2007a, p. 10). Mesmo em momentos dedicados para a formação e atualização de professores/as outros assuntos e temas aparecem como mais relevantes para a escola.

As palavras de Foucault (1995) vão ao encontro dessas limitações estabelecidas no espaço escolar: “o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’ – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas ações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (Foucault, 1995, p. 244). Infelizmente, as condutas mais presentes e que tendem a ser assumidas com maior facilidade são as de silêncio. De silêncio ao *não se sentir autorizada* sobre um saber a respeito da homofobia e a naturalização da heterossexualidade como norma. Silêncio sobre atitudes que ocorrem na sala dos/as professores/as, nos corredores e na própria sala de aula. Sem aparatos e condenados a *tentativas de bloqueio* e também à possíveis atos homofóbicos, muitos(as) professores(as) desistem. Frases como

(...) vamos fazer na outra semana; não amiga, não vamos expor; ai, acho que não vai ter como; agora não é importante, agora nós temos que tratar a ...;

Ressaltam a falta de apoio no espaço escolar. Conforme pontua Seffner (2009), a problematização da homofobia deve se dar – para além da abordagem

em sala de aula e em palestras ou atividades de formação continuada (que às vezes não passam de tentativas) –, também nos documentos oficiais da escola, como o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, os Planos de Ensino e de Estudo, entre outros. Questionamos, no caso de alunos/as homossexuais, se a escola não aceitar ou negar a sua sexualidade e não houver apoio por parte da família dos/as mesmos/as, quem vai ancorar ou dar espaço para um apoio e uma inserção pública e social (por menor que esta possa vir a ser)?

Algumas constatações

Atualmente, são poucas as iniciativas governamentais voltadas ao combate da homofobia, o que faz com que aquelas que existem – *Brasil sem Homofobia*, por exemplo, não tenham respaldo e apoio em maior amplitude e em diferentes instâncias sociais. Junqueira (2009), baseado em Sears, destaca o quanto é importante um forte investimento no tema da diversidade sexual na formação de professores, pois as diretrizes e políticas públicas criadas não terão o efeito esperado se os principais disseminadores não estiverem a par delas. O autor fala ainda, da necessidade de os professores serem amparados por um “arsenal”, que seja amplo e consistente para dar apoio às atividades de disseminação. Devem ser criadas condições para abarcar e trabalhar o tema da diversidade sexual de maneira adequada.

As tentativas de se trabalhar e divulgar a temática da diversidade sexual e as atitudes homofóbicas relatadas pelas entrevistadas, nos permitem pensar o quanto é complexo o trabalho de desconstrução de determinadas hegemonias. Mas, nem por isso impossível, e a busca de educadores(as) por informação e conhecimento acerca da diversidade sexual no curso *Educando para a Diversidade* já indica o mínimo de enfrentamento necessário para um ponto de partida nas instituições escolares.

Outro fator positivo a mencionar é o fato de a visibilidade dos(as) homossexuais ocorrer paulatinamente em veículos de comunicação (de forma menos estereotipada, como em novelas e filmes) e em locais públicos (para além das escolas) como: praças, cinemas, bares, por exemplo. A partir das análises realizadas, consideramos que ao dar visibilidade se abrem



possibilidades de convivência com homossexuais (libertos das “amarras” sociais que são reforçadas por determinadas instituições sociais, dentre elas, as escolares) e, a partir daí, cria-se um fator importante de combate à homofobia.

Torna-se necessário porém, atentar para os modos como são apresentados o “normal” e o “diferente”, nem sempre a visibilidade é garantia de igualdade de direitos. Não podemos tomar de modo ingênuo as visibilidades possibilitadas, afinal, como alerta Louro (2008, p. 22), a

“posição ‘normal’ é, de algum modo, onipresente, sempre presumida, e isso a torna, paradoxalmente, invisível. Não é preciso mencioná-la. Marcadas serão as identidades que dela diferirem”.

Por isso a urgência de problematizar os modos como se dão essas visibilidades, de que maneira estas se constituem e quais os intuitos a elas atreladas.

Ao partir do pressuposto de que a sexualidade é uma questão ao mesmo tempo política e cultural, enfatizamos que as condições básicas necessárias ao desenvolvimento da mesma são também as da educação, “pois nesse terreno, ao menos teoricamente, aprendemos a construir pequenas sociedades, aprendemos a solidariedade e aprendemos o prazer de explorar idéias com os outros” (Britzman, 1998, p. 157).

É a desconstrução da lógica heterossexual como única possível e a visibilidade cotidiana e sem censuras que pode, aos poucos, corroborar para a concepção da homossexualidade como orientação sexual tão “normal” e natural quanto a hetero. Para confrontar o silêncio é premente questionar inicialmente o porquê desse silêncio. Ou seja, procurar entre as tramas das relações de poder, formas de se opor a homofobia e a hegemonia de determinados discursos, são alguns dos movimentos ou pontos de resistência que podemos criar.

Referências

- BORGES, Z. N. A homofobia na escola na perspectiva de professores de ensino médio e fundamental de Porto Alegre, RS. In: *Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência e poder*. Florianópolis: UFSC, 25 a 28/08/2008, p. 1-7. Disponível na página: http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST51/Zulmira_Newlands_Borges_51.pdf
- BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008.
- Disponível na página:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362008000100005&lng=en&nrm=iso>.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Espana: Ediciones Bellaterra, 2001, 144 p.
- _____. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs.). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009, p. 15-45.
- BRITZMAN, Deborah P. Sexualidade e cidadania democrática. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 154-171.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadette da. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426 p.
- CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível na página: <http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf>.
- DINIS, Nilson Fernandes; CAVALCANTI, Roberta Ferreira. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia. In: *Pro-posições, Campinas*, v. 19, n. 2 (56), p. 99-109, mai./ago. 2008.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- EPSTEIN, Debbie; JOHNSON, Richard. *Sexualidades e institución escolar*. Madrid: Morata, 2000, p. 231.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro (RJ): Edições Graal, 1979, p. 248.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- _____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007a, p. 176.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007b, p. 288.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs.).



- Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres; EdUnB, 2009, p. 161-193.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 179.
- _____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In: *Pro-posições*, Campinas, v. 19, n. 2 (56), p. 99-109, mai./ago. 2008.
- SEFFNER, Fernando. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e Políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 125-139.
- TEIXEIRA FILHO, Fernando S.; TOLEDO, Livia Gonsalves; GODINHO, Pedro Henrique. A homofobia na representação de mães heterossexuais sobre a homoparentalidade. In: GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2007, p. 301-320.
- TEIXEIRA FILHO, Fernando S.; MARRETTO, Carina Alexandra Rondini. Homossexualidades, homofobia e tentativas de suicídio em adolescentes LGBT. In: *Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência e poder*. Florianópolis: UFSC, 25 a 28/08/2008, p. 1-8. Disponível na página: http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST50/Teixeira_Filho-Marreto_50.pdf

Site consultado:

www.swissinfo.ch/por/capa/Jovens_gays_tem_maior_risco_de_suicidio.htmlsiteSect=108&sid=10717328&cKey=1242831791000&ty=st acessado em 15 de agosto de 2009.

Recebido em: 27/05/2011

Aceito em: 27/07/2011